



EPISTEMOLOGIAS SURDAS E A AFIRMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE VISUAL-ESPACIAL

DEAF EPISTEMOLOGIES AND THE AFFIRMATION OF A VISUAL- SPATIAL IDENTITY

DOI: 10.5281/zenodo.19936435



Ana Rosária Soares da Silva¹

Antonio Luiz Alencar Miranda²

Dilmar Rodrigues da Silva Júnior³

Shirlane Maria Batista da Silva Miranda⁴

Laurilene Cardoso da Silva Lopes⁵

Heloisa Helena da Silva Ferreira⁶

Daniela da Silva de Carvalho⁷

1 Doutora em Estudos Literários (Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Mestra em Letras (UEMA). E-mail: ana.rosaria@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9784-9788>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2499309103776954>

2 Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: antoniomiranda@professor.uema.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6611-528X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7888882861091453>

3 Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/UFPI. Mestre em Educação - PPGED/UFPI. E-mail: dilmar.jrcxs93@outlook.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9516-0238>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2506251547104611>

4 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: shirlanesilva@professor.uema.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6611-528X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0052291130015122>.

5 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: lauralopessharel@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5136-6641>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8165003904604062>

6 Mestra em Educação (Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Especialista em Informática na Educação (IFMA) e Educação de Jovens e Adultos (IFPI). E-mail: heloisahsf@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9579-4045>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9314929278029342>

7 Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (PPGED/UFPI). E-mail: danielacarvalho@professor.uema.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8954-612X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0256889103702298>

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4 n.5 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





*Nilson Gomes Ferreira*⁸
*Elizangela Fernandes Martins*⁹
*Janailson dos Santos Cordeiro*¹⁰

RESUMO

O presente artigo analisa as tensões entre os modelos clínico-patológico e socioantropológico da surdez, investigando como as epistemologias surdas fundamentam novas práticas pedagógicas e identitárias. O objetivo central é discutir a importância da língua de sinais na constituição do sujeito surdo e problematizar as barreiras históricas que impedem sua autonomia intelectual e cultural, propondo uma descolonização do saber na educação especial. A metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo e analítico, fundamentada em autores como Quadros, Perlin, Skliar e Strobil, que sustentam a transição da visão de "deficiência" para a de "diferença linguística e cultural". Os resultados indicam que a língua de sinais é o núcleo ontológico da identidade surda, transcendendo a função comunicativa para estruturar o pensamento e a produção de conhecimento através da visualidade. O estudo destaca a educação bilíngue como requisito indispensável para o desenvolvimento cognitivo pleno, combatendo a privação linguística imposta por modelos oralistas. Conclui-se que a afirmação das epistemologias surdas e o protagonismo de pesquisadores surdos são atos políticos essenciais para romper com o "ouvintismo" e promover uma sociedade que valorize a diversidade visual-espacial como uma manifestação legítima da pluralidade humana.

Palavras-chave: Epistemologias Surdas; Língua de Sinais; Identidade Visual-Espacial; Educação Bilíngue.

ABSTRACT

This article analyzes the tensions between the clinical-pathological and socio-anthropological models of deafness, investigating how Deaf epistemologies provide a foundation for new pedagogical and identity-related practices. The central objective is to discuss the importance of sign language in the constitution of the Deaf subject and to problematize the historical barriers that hinder their intellectual and cultural autonomy, proposing a decolonization of knowledge within special education. The adopted methodology consists of a qualitative and analytical literature review, grounded in authors such as

⁸ Mestre em Educação (Universidade Federal do Maranhão – UFMA). Professor da SEEDUC MA. E-mail: nilsonheloisa@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7828-2923>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4289044737183004>

⁹ Doutora em Educação UFPI. Mestre em Educação UFPI. Especialista em Psicopedagogia Professora assistente da UEMA do departamento de educação. E-mail: elizangelafernandesmartins@gmail.com. ORCID: 0009-0007-3812-7751. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0888691138460356>

¹⁰ Especialista em Supervisão e Gestão Escolar (FAEME), Ensino de Filosofia e Sociologia (IESF), Arte e Educação (FABIBE). Professor da Rede Municipal de Coroatá e Matões. Licenciatura em Pedagogia e Geografia (UEMA). Professor Universitário (FAEPI/SEVEN, FEMAF). E-mail: janailsonsantoscordeiro@gmail.com. ORCID: 0009-0004-14158631. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1667279308953080>





Quadros, Perlin, Skliar, and Strobel, who support the transition from a perspective of “disability” to one of “linguistic and cultural difference”. The results indicate that sign language is the ontological core of Deaf identity, transcending communicative function to structure thought and the production of knowledge through visuality. The study highlights bilingual education as an indispensable requirement for full cognitive development, countering the linguistic deprivation imposed by oralist models. It is concluded that the affirmation of Deaf epistemologies and the protagonism of Deaf researchers are essential political acts to break with “audism” and promote a society that values visual-spatial diversity as a legitimate manifestation of human plurality.

Keywords: Deaf Epistemologies; Sign Language; Visual-Spatial Identity; Bilingual Education.

1. APRESENTAÇÃO

O presente artigo pretende analisar as tensões entre os modelos clínico e socioantropológico da surdez, investigando como as epistemologias surdas fundamentam novas práticas pedagógicas e identitárias. Busca-se, especificamente, discutir o papel da língua de sinais na constituição do sujeito e problematizar as barreiras históricas que ainda impedem a plena autonomia intelectual e cultural da comunidade surda. Ao fazê-lo, este estudo se propõe a contribuir para a descolonização do saber na área da educação especial, oferecendo subsídios para uma compreensão da diversidade humana baseada na valorização da alteridade.

Isto posto, a compreensão da surdez tem sido historicamente dominada por uma perspectiva médica, que a define como deficiência, perda ou anormalidade a ser corrigida. Esse enquadramento, embora ainda influente, revela-se limitado e reducionista ao ignorar dimensões culturais, linguísticas e epistemológicas fundamentais para a experiência de pessoas surdas. Em contraposição, emergem as epistemologias surdas — formas próprias de produzir conhecimento e interpretar o mundo — que deslocam o foco da deficiência para a diferença, afirmando a surdez como uma identidade visual-espacial legítima e singular.

A visão médico-patológica constrói a surdez como problema individual, centrando-se na ideia de reabilitação por meio de próteses, terapias e processos de oralização. Nesse paradigma, a língua de sinais é frequentemente marginalizada ou vista como recurso





secundário, e o sucesso do sujeito surdo é medido por sua capacidade de se aproximar do padrão ouvinte. Tal lógica, além de hierarquizante, desconsidera o impacto social da exclusão linguística e cultural, responsabilizando o indivíduo por sua “limitação” em vez de questionar as barreiras impostas por uma sociedade majoritariamente auditiva.

As epistemologias surdas rompem com essa narrativa ao reconhecer que pessoas surdas constroem conhecimento a partir de experiências visuais e espaciais. A língua de sinais não é apenas um meio de comunicação, mas um sistema complexo, com gramática própria e potencial expressivo que organiza o pensamento e a interação social. Nesse sentido, o conhecimento surdo não é uma adaptação do conhecimento ouvinte, mas uma produção situada, marcada por outras formas de perceber, narrar e significar o mundo.

A identidade visual-espacial, central nas epistemologias surdas, manifesta-se em práticas culturais, artísticas e sociais específicas. O uso do espaço, a atenção ao movimento, à expressão facial e corporal, e a valorização do olhar como canal privilegiado de interação configuram uma maneira distinta de estar no mundo. Essa identidade não se define pela ausência da audição, mas pela presença de uma cultura compartilhada, que inclui histórias, valores, tradições e formas de sociabilidade próprias.

Ao afirmar a cultura surda como legítima, questiona-se a hegemonia de modelos que privilegiam a oralidade e a audição como únicas vias válidas de conhecimento. Isso implica reconhecer a língua de sinais como língua de instrução, promover educação bilíngue e garantir espaços em que sujeitos surdos possam desenvolver plenamente suas potencialidades sem serem forçados a abandonar sua identidade. Trata-se, portanto, de uma mudança ética e política: sair da lógica de normalização para uma lógica de reconhecimento e valorização da diferença.

Além disso, as epistemologias surdas contribuem para ampliar o próprio conceito de conhecimento. Elas desafiam a ideia de que saber está necessariamente vinculado à linguagem oral ou escrita, mostrando que há múltiplas formas de construir e transmitir saberes. Ao fazê-lo, enriquecem o campo acadêmico e social, oferecendo novas perspectivas sobre linguagem, cognição, cultura e interação humana.





Em síntese, criticar a visão médico-patológica da surdez não significa negar a existência de desafios, mas recusar sua interpretação como déficit absoluto. Significa, sobretudo, abrir espaço para compreender a surdez como diferença cultural e linguística, marcada por uma identidade visual-espacial potente e criativa. As epistemologias surdas, nesse contexto, não apenas reivindicam reconhecimento, mas também propõem uma transformação profunda na maneira como concebemos o conhecimento, a diversidade e a própria condição humana.

2. A LÍNGUA DE SINAIS COMO EIXO DAS EPISTEMOLOGIAS SURDAS

A língua de sinais não deve ser compreendida meramente como um código de comunicação alternativo, mas como o núcleo ontológico e epistemológico das identidades surdas. Isso significa que ela é, simultaneamente, o que permite ao sujeito surdo constituir-se como indivíduo (ontologia) e a ferramenta pela qual ele interpreta e produz saber sobre o mundo (epistemologia). Ao transcender a funcionalidade instrumental, a língua consolida uma racionalidade estruturada na visualidade, estabelecendo uma forma de estar no mundo que não depende da audição para a produção de sentidos complexos.

Dentro do escopo das Epistemologias Surdas, essa definição promove uma ruptura necessária com o paradigma clínico-terapêutico. Historicamente, esse modelo reduziu a surdez à dimensão da patologia e da deficiência sensorial, focando na “correção” ou “cura” do déficit auditivo. Em contraposição, emerge a perspectiva socioantropológica, que desloca o olhar do “não ouvir” para o “ver”. Nesse contexto, a experiência visual deixa de ser um sentido secundário para se tornar a matriz primária de subjetivação e de construção de conhecimento técnico, científico e cultural.

Essa centralidade linguística, conforme as investigações de Quadros (2007),

opera uma inversão teórica de grande impacto pedagógico e social. A língua de sinais — enquanto sistema linguístico natural e robusto, dotado de níveis fonológicos, morfológicos e sintático-espaciais próprios — deixa de ser interpretada como um re-





curso paliativo ou compensatório para o surdo. Ela assume, em vez disso, o status de território de poder: um espaço de resistência e afirmação identitária onde o sujeito se reconhece e é reconhecido como membro de uma minoria linguística legítima, e não como um indivíduo incompleto (Quadros, 2007, p. 32).

No âmbito da educação bilíngue, a premissa da centralidade linguística exige a garantia efetiva do direito linguístico, estabelecendo a língua de sinais como primeira língua (L1) — a língua de instrução e de pensamento — e a modalidade escrita da língua vernácula como segunda língua (L2). Essa organização curricular, conforme postula Quadros (2007), não se restringe a uma escolha metodológica opcional, mas constitui um requisito fundamental e indispensável para assegurar o pleno desenvolvimento cognitivo, emocional e social do estudante. Ao respeitar a sucessão natural de aquisição de linguagem, o modelo bilíngue preserva a integridade cultural da comunidade surda e mitiga o risco do semilinguismo, garantindo que o aluno processe conceitos complexos por meio de uma estrutura linguística que lhe é plenamente acessível.

Essa fundamentação pedagógica também se justifica pela natureza intrínseca da comunicação viso-gestual. É através dessa L1 plenamente desenvolvida que o processo de significação se expande: ao mobilizar recursos linguísticos específicos, como os classificadores e uma sintaxe tridimensional, o sujeito surdo transcende a mera transmissão de dados informativos. A língua de sinais, ao ocupar o espaço tridimensional, permite uma representação icônica e abstrata simultânea, onde o corpo e o espaço tornam-se constituintes gramaticais essenciais.

Dessa forma, o uso das propriedades linguísticas permite que o sujeito habite o mundo de maneira autêntica e plena. A experiência do surdo deixa de ser lida sob a ótica da falta ou da “mudez” para ser compreendida como uma alteridade legítima. Essa identidade, portanto, não se define por uma suposta ausência biológica (a surdez como déficit), mas sim por uma diferença linguística e cultural que oferece uma forma singular e potente de percepção e produção da realidade.





De acordo com Sacks (1998), a privação linguística na infância constitui um dos obstáculos mais severos ao desenvolvimento cognitivo e à autonomia do sujeito. Ao analisar essa problemática, Sacks argumenta que:

a ausência de um sistema linguístico estruturado não anula a capacidade intelectual do indivíduo, mas impõe limitações drásticas ao seu horizonte de abstração, confinando-o a uma realidade puramente imediata e restrita. Essa premissa torna-se dolorosamente concreta no histórico de crianças surdas expostas exclusivamente ao oralismo — sem sucesso — e privadas do acesso precoce à língua de sinais (Sacks, 1998, p. 71).

A ausência de um sistema linguístico estruturado nos primeiros anos de vida não anula a capacidade intelectual intrínseca do indivíduo, mas impõe limitações drásticas ao seu horizonte de abstração, confinando-o a uma realidade puramente imediata e restrita. Essa premissa torna-se dolorosamente concreta no histórico de crianças surdas expostas exclusivamente ao oralismo e privadas do acesso precoce à língua de sinais (Sacks, 1998).

A consequência desse isolamento não é uma deficiência cognitiva primária, mas uma privação cultural e linguística que compromete a maturação de processos de pensamento complexos. Consequentemente, a dependência sociofamiliar acentuada na vida adulta surge como um reflexo de um ambiente educativo que, ao negligenciar a natureza visual-espacial do surdo, falhou em fornecer as ferramentas simbólicas necessárias para a sua autonomia ontológica e social.

Em contrapartida, de acordo com Lopes (2007), a língua de sinais apresenta-se como um veículo de aquisição natural e célere para o surdo, funcionando como o catalisador indispensável para a expressão de subjetividades, sentimentos e operações lógicas. Entretanto, observa-se uma tensão histórica: embora seja a ferramenta precípua para a interação plena do surdo com o mundo, essa língua foi sistematicamente cerceada por políticas educacionais e sociais normalizadoras. Apesar de tais imposições e do estigma histórico, a língua de sinais manifesta uma resiliência intrínseca. Ela sobrevive e se fortalece no cotidiano das comunidades surdas, reafirmando que o impulso humano pela comunicação e pela





organização do pensamento é uma necessidade ontológica que resiste às tentativas de apagamento cultural.

Quadros (2007, p. 41), ressalta: “ainda que a centralidade da língua de sinais nas epistemologias surdas não pode ser compreendida apenas sob a ótica comunicacional”. Trata-se, antes de tudo, de um elemento estruturante do pensamento, da organização social e da produção de conhecimento das comunidades surdas. Diferentemente do que pressupõe a visão médico-patológica, que frequentemente subestima seu valor, a língua de sinais constitui um sistema linguístico completo, com gramática própria, recursos expressivos sofisticados e grande capacidade de abstração.

Para Perlin (1998), nas epistemologias surdas, a língua de sinais atua como mediadora entre sujeito e mundo. É por meio dela que se constroem narrativas, se transmitem saberes intergeracionais e se elaboram experiências coletivas. A autora enfatiza que:

Sua natureza visual-espacial permite a incorporação de elementos como movimento, localização no espaço e expressões faciais, criando formas de significação que não encontram equivalência direta nas línguas orais. Isso não implica inferioridade, mas diferença estrutural — uma diferença que amplia as possibilidades humanas de linguagem e cognição (Perlin, 1998, p. 56).

Além disso, a língua de sinais desempenha papel fundamental na constituição da identidade surda. Ao compartilhá-la, indivíduos surdos reconhecem-se como parte de uma comunidade linguística e cultural específica, fortalecendo vínculos sociais e sentidos de pertencimento. Nesse contexto, negar ou restringir o acesso à língua de sinais — especialmente na infância — não é apenas uma limitação pedagógica, mas uma forma de exclusão epistemológica, pois impede o desenvolvimento pleno de modos próprios de conhecer e interpretar o mundo.

A educação bilíngue surge, portanto, como um caminho coerente com as epistemologias surdas. Ao reconhecer a língua de sinais como primeira língua e a língua majoritária como segunda, essa abordagem valoriza a experiência visual-espacial e promove o desenvolvimento cognitivo em bases culturalmente significativas. Diferentemente de modelos





centrados na oralização, a educação bilíngue não busca “corrigir” o sujeito surdo, mas oferecer condições para que ele transite entre diferentes universos linguísticos sem abrir mão de sua identidade.

Desse modo, a valorização da língua de sinais representa um gesto político e epistemológico. É o reconhecimento de que há múltiplas formas legítimas de linguagem e de que o conhecimento não se limita à matriz oral-auditiva. Ao afirmar esse princípio, as epistemologias surdas desafiam estruturas históricas de poder que marginalizaram saberes não hegemônicos e abrem caminho para uma compreensão mais plural da experiência humana.

2.1 Cultura e Identidade Surda e a reconfiguração do olhar sobre a diferença

A constituição do sujeito é um processo dialético que emerge da tensão entre as dimensões subjetiva e objetiva, articulando a singularidade do “eu” à alteridade do “Outro” em um contexto invariavelmente coletivo. Sob essa perspectiva, a identidade não é um dado biológico, mas uma construção contínua mediada pela cultura e pela linguagem. Desde o desenvolvimento inicial, o arcabouço familiar e social fornece as estruturas simbólicas que moldam o pensamento e as normas de sociabilidade. Posteriormente, o ambiente escolar atua como um espaço privilegiado de reestruturação identitária, ampliando as possibilidades de interação e o trânsito entre diferentes esferas da vida pública.

No caso do sujeito surdo, essa trajetória de subjetivação apresenta contornos específicos e, frequentemente, conflituosos. Quando inserido em núcleos familiares majoritariamente ouvintes, o neonato depara-se com uma barreira comunicacional primária: a exposição a uma língua de matriz oral-auditiva que, dada a sua condição sensorial, carece de acessibilidade cognitiva. A construção da identidade surda é, portanto, fortemente condicionada pelo momento do diagnóstico e, sobretudo, pela postura epistemológica do profissional que realiza a notificação do laudo. Se a surdez é apresentada sob o viés da patologia, o foco recai sobre a “falta” auditiva; se apresentada como diferença cultural, abre-se o caminho para a introdução precoce da língua de sinais, elemento indispensável para que a





criança surda possa inaugurar sua participação plena na vida simbólica e evitar o isolamento linguístico.

Nesse sentido, a compreensão teórica da surdez é perpassada por uma dicotomia fundamental entre o paradigma biomédico e a perspectiva socioantropológica. Conforme assevera Skliar (1998), o modelo clínico-terapêutico opera como uma tecnologia de normalização, cujo objetivo é o disciplinamento dos corpos e comportamentos para adequar o sujeito surdo aos padrões de produtividade e comunicação da hegemonia ouvinte. Em oposição, o modelo antropológico ressignifica a surdez, distanciando-a das noções de patologia e déficit sensorial para compreendê-la como uma diferença política e cultural legítima.

Nesse cenário, segundo Ladd (2003, p. 57), a existência do sujeito não é estática; pelo contrário, o “viver” configura-se como um contínuo processo de descoberta do “ser surdo”. Essa jornada, portanto, exige que o indivíduo revise constantemente suas bases ontológicas, alinhando suas percepções subjetivas às formas singulares de habitar o mundo. Tal processo de subjetivação é potencializado pelo diálogo intercultural que, nas palavras de Santos (2010), pressupõe o reconhecimento das incompletudes mútuas entre as culturas como requisito fundamental para uma interação ética e transformadora.

Nessa mesma senda, Strobel (2008), analisa que:

é no interior da comunidade surda que essa identidade ganha substância. Este espaço coletivo funciona como um ecossistema de preservação e transmissão de saberes específicos, onde a cultura surda se manifesta por meio da língua de sinais em sua modalidade visual-espacial. Portanto, a experiência de ser surdo deve ser entendida como uma manifestação da pluralidade humana: uma identidade multifacetada, em constante processo de constituição e resistência, que se afirma pela presença de uma língua própria e não pela ausência de audição (Strobel, 2008, p. 119).

A cultura surda, dessa maneira, emerge como um campo de resistência e criação frente às narrativas que historicamente definiram a surdez como deficiência. Mais do que um conjunto de práticas isoladas, ela constitui um sistema simbólico complexo, que envolve





valores, comportamentos, formas de interação e expressões artísticas próprias. Nesse contexto, a identidade surda deixa de ser entendida como falta e passa a ser afirmada como diferença cultural legítima.

Um dos elementos mais marcantes da cultura surda, nas afirmações de Quadros (2007), é a centralidade da visualidade. O olhar, o corpo e o espaço tornam-se protagonistas na construção das relações sociais e das práticas culturais.

Nos argumentos de Quadros (2007),

Isso se manifesta em diversas esferas: na organização dos encontros comunitários, na disposição dos ambientes para favorecer a comunicação visual, e nas formas de arte produzidas por sujeitos surdos, como o teatro gestual, a poesia em língua de sinais e as narrativas visuais. Essas expressões não apenas comunicam, mas também produzem conhecimento e preservam a memória coletiva (Quadros, 2007, 89).

A cultura surda também desafia a ideia de normalidade imposta por uma sociedade majoritariamente ouvinte. Ao afirmar suas próprias referências, ela questiona padrões que privilegiam a audição como condição central da experiência humana. Esse movimento implica uma inversão de perspectiva: em vez de adaptar o sujeito surdo ao mundo ouvinte, propõe-se a transformação das estruturas sociais para acolher a diversidade de modos de ser e de perceber.

Nesse sentido, a crítica à visão médico-patológica torna-se inseparável da luta por reconhecimento cultural. Não se trata apenas de rejeitar diagnósticos ou intervenções, mas de denunciar um modelo que historicamente silenciou vozes surdas e deslegitimou suas formas de existência. A valorização da cultura surda, por outro lado, promove a visibilidade dessas experiências e fortalece a autonomia dos sujeitos na definição de suas próprias identidades.

Outro aspecto relevante é o papel da comunidade surda na produção e circulação de saberes. Diferentemente de modelos individualizantes, as epistemologias surdas enfatizam o caráter coletivo do conhecimento. As experiências são compartilhadas, reinterpretadas e transmitidas em espaços comunitários, onde a língua de sinais atua como elemento agregador.





Essa dinâmica reforça a ideia de que o saber não é apenas acumulado, mas vivido e construído em interação.

Assim, a cultura surda não apenas reivindica reconhecimento, mas também propõe novas formas de compreender a diferença. Ao deslocar o foco da deficiência para a diversidade, ela contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva, na qual múltiplas epistemologias possam coexistir. A afirmação da identidade visual-espacial, nesse contexto, não é apenas um ato de resistência, mas uma celebração da pluralidade humana e das inúmeras maneiras de existir, comunicar e conhecer.

3. CULTURA E IDENTIDADE SURDA E A RECONFIGURAÇÃO DO OLHAR SOBRE A DIFERENÇA

A afirmação das epistemologias surdas não ocorre apenas no campo simbólico ou cultural, mas também no âmbito político. Historicamente, pessoas surdas foram submetidas a processos de exclusão que ultrapassam a dimensão linguística, atingindo o acesso à educação, ao trabalho e à participação social. Nesse contexto, a emergência de movimentos surdos organizados representa um marco na luta por reconhecimento, autonomia e direitos.

A resistência surda se manifesta, em grande medida, na recusa de modelos que impõem a normalização como objetivo. Ao contestar práticas centradas exclusivamente na oralização e na medicalização, sujeitos surdos reivindicam o direito de existir a partir de suas próprias referências linguísticas e culturais. Essa luta não se restringe à defesa da língua de sinais, mas abrange a construção de políticas públicas que reconheçam a especificidade da experiência surda.

Campello (2014), esclarece que, a institucionalização de direitos linguísticos constitui um passo fundamental nesse processo. O reconhecimento oficial das línguas de sinais em diversos países representa uma conquista significativa, ainda que insuficiente. Na prática, persistem desafios relacionados à implementação de políticas educacionais bilíngues, à formação de profissionais qualificados e à garantia de acessibilidade em diferentes esferas





sociais. Assim, a existência de leis não assegura, por si só, a transformação das estruturas excludentes. A autor ainda assevera que:

Outro ponto central diz respeito à produção de conhecimento sobre a surdez. Durante muito tempo, esse campo foi dominado por perspectivas externas à comunidade surda, frequentemente marcadas por vieses clínicos ou assistencialistas. As epistemologias surdas propõem uma inversão desse cenário, defendendo a valorização de pesquisadores surdos e de metodologias que considerem suas experiências como ponto de partida legítimo. Trata-se de um movimento de descolonização do saber, no qual sujeitos historicamente marginalizados assumem o protagonismo na construção de narrativas sobre si mesmos (Campello, 2014, p. 98).

A reflexão proposta por Campello (2014) sinaliza um ponto de inflexão na pesquisa acadêmica contemporânea ao questionar a hegemonia de discursos produzidos externamente à comunidade surda. Historicamente, a produção de saber sobre a surdez foi pautada por perspectivas heterônomas, cujos vieses clínico-assistencialistas reduzem a experiência do sujeito a uma patologia a ser tratada ou a uma carência a ser suprida. Nesse sentido, a defesa das Epistemologias Surdas não representa apenas uma mudança de autoria, mas uma ruptura paradigmática que reivindica a legitimidade da experiência visual como matriz heurística para a ciência.

Este movimento, conforme delineado por Campello (2014), caracteriza-se como uma autêntica descolonização do saber. Ao deslocar o surdo da posição de objeto passivo de estudo para a condição de sujeito cognoscente e protagonista de sua própria narrativa, rompe-se com a subalternização histórica imposta pelo “ouvintismo”. Portanto, a valorização de pesquisadores surdos no ambiente acadêmico configura-se como um ato de justiça cognitiva, permitindo que a construção do conhecimento sobre a surdez seja mediada pela agência epistemológica de quem habita essa realidade, assegurando que as representações identitárias e culturais sejam fundamentadas em uma alteridade autêntica e não em projeções normativas externas.

Além disso, a luta política surda articula-se com outros movimentos sociais que reivindicam o reconhecimento da diversidade. Ao dialogar com perspectivas críticas sobre identidade, cultura e poder, as epistemologias surdas contribuem para ampliar o debate sobre





inclusão, questionando modelos homogêneos de sociedade. Nesse sentido, a causa surda não é isolada, mas parte de um esforço mais amplo de transformação social.

Portanto, a dimensão política das epistemologias surdas revela que a afirmação da identidade visual-espacial não é apenas um processo individual ou cultural, mas também coletivo e estrutural. Trata-se de disputar espaços, redefinir normas e construir condições para que diferentes formas de existência sejam efetivamente reconhecidas e respeitadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das epistemologias surdas evidencia a necessidade de uma mudança profunda na forma como a surdez é compreendida. Ao longo deste trabalho, tornou-se possível observar que a visão médico-patológica, ao reduzir a surdez a uma deficiência a ser corrigida, limita a compreensão das experiências e potencialidades das pessoas surdas. Em contraposição, a perspectiva cultural e epistemológica revela a surdez como uma diferença legítima, marcada por uma identidade visual-espacial rica e complexa.

A valorização da língua de sinais, da cultura surda e das formas próprias de produção de conhecimento demonstra que há múltiplas maneiras de existir, comunicar e aprender. Reconhecer essas possibilidades implica não apenas respeitar a diversidade, mas também transformar práticas sociais, educacionais e políticas que historicamente marginalizaram sujeitos surdos.

Nesse sentido, as epistemologias surdas não apenas ampliam o campo do conhecimento, mas também provocam uma reflexão crítica sobre os próprios critérios que definem o que é considerado saber legítimo. Ao desafiar a centralidade da oralidade e da audição, elas abrem espaço para a construção de uma sociedade mais plural, na qual diferentes formas de percepção e expressão sejam valorizadas.

Por fim, afirmar a identidade surda como visual-espacial é reconhecer que a diferença não constitui um déficit, mas uma possibilidade. Trata-se de um convite à revisão de





paradigmas e à construção de relações mais equitativas, baseadas no respeito, na escuta — em seu sentido mais amplo — e no reconhecimento da diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 2 (Edição Especial), 2014.

GARCIA, B. G. O multiculturalismo na educação dos surdos: a resistência e a relevância da diversidade para a educação de surdos. In: SKLIAR, Carlos (org.). **Atualidades da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

LADD, Paddy. **Understanding Deaf Culture**: in search of deafhood. Clevedon: Multilingual Matters, 2003.

LANE, Harlan. **A máscara da benevolência**: a comunidade surda amordaçada. Tradução de Guilherme de Azambuja. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2004.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. (Coleção Cultura Surda).

PERLIN, Gladis T. T. **O ser e o estar sendo surdo**: a alteridade em questão. 1998. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da educação de surdos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis (org.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007.





ROSSI, T. R. F. Um processo em direção ao bilinguismo. In: LACERDA, C. B. F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M. C. (org.). **Fonoaudiologia**: surdez e abordagem bilíngue. São Paulo: Plexus, 2000. p. 99-102.

RUZZA, Mara Lopes Figueira de. **Protagonismo Surdo**: currículo como construção da autoria. 2020. 205 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes**: uma jornada pelo mundo dos surdos. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

Recebido em: 03/04/2026

Aprovado em: 16/04/2026

Publicado em: 01/05/2026

